

## O impeachment no JN: uma análise da semana anterior à votação do impedimento pela Câmara dos Deputados

### RESUMO

Durante o processo de Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, houve cobertura das movimentações política pelos mais variados veículos noticiosos. Este trabalho quer investigar como o Jornal Nacional - sendo o telejornal mais assistido do Brasil - se posicionou com suas reportagens e cobertura in loco durante as semanas que antecederam a admissibilidade do processo na Câmara dos Deputados e a votação final no Senado Federal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornal Nacional. Imparcialidade. Objetividade. Dilma Rousseff.

**Bryan da Silva Valêncio**

[bravan97.valencio@gmail.com](mailto:bravan97.valencio@gmail.com)

Universidade Positivo, Curitiba, Paraná, Brasil.

**Sandra Nodari**

[sandranodari@gmail.com](mailto:sandranodari@gmail.com)

Universidade Positivo, Curitiba, Paraná, Brasil.

## INTRODUÇÃO

O Brasil vive uma democracia eletiva desde 1989, quando Fernando Collor de Mello se tornou o primeiro presidente da República eleito por voto popular após o golpe militar de 1964. Mesmo tendo sido o primeiro presidente escolhido por pleito direito, Collor oscilou em popularidade, e após uma série de desastrosas medidas econômicas, acabou por sofrer uma abertura de processo de impeachment, que resultou em sua queda da presidência, dando lugar a seu vice, Itamar Franco.

Vinte e três anos após o primeiro processo de impeachment da história da República Federativa do Brasil, outro processo semelhante acabou acontecendo no Brasil: em dezembro de 2015, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitou um pedido de impeachment contra a presidente da república Dilma Vana Rousseff. O processo foi concluído em agosto de 2016 e resultou no afastamento permanente da então presidente. Com a destituição, Michel Temer, o então vice, passou a ocupar o Palácio do Planalto como novo presidente do Brasil.

Durante os dois processos de impeachment que ocorreram no Brasil, houve uma grande cobertura das emissoras de televisão por meio dos telejornais. Segundo Nelson Traquina, o jornalismo exerce função prioritária na esfera pública, que é o de informar de forma objetiva a sociedade, e optar por tomar um dos lados durante o processo de informar pode acabar trazendo descrédito ao veículo: “A objetividade, ou uma outra designação de noção de equilíbrio, está associada pela esmagadora maioria dos cidadãos ao papel do jornalista e é consagrada nas leis que estabelecem as balizas do comportamento dos profissionais” (TRAQUINA, 2005, p. 153).

A cobertura política no Brasil na semana anterior à votação de admissibilidade do processo de Impeachment da presidente Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados Federais, em 17 de abril de 2016, foi plena. O Jornal Nacional, que continua sendo o telejornal mais assistido do Brasil segundo o instituto Ibope Inteligência na Pesquisa Brasileira de Mídia 2013, ocupou grande parte do seu tempo no ar com reportagens que pautavam a movimentação em Brasília e principalmente o jogo político entre os favoráveis e contrários ao impedimento.

Este artigo pretende analisar como foram as reportagens exibidas pelo Jornal Nacional na semana anterior à votação do Impeachment na Câmara dos Deputados para entender se houve posicionamento do telejornal a favor do Impeachment da presidente Dilma. Analisaremos as edições do JN nos seis dias que antecederam a votação na Câmara, entre segunda-feira e sábado, dos dias 11 a 16 de abril. Para tanto, vamos trabalhar com critérios de noticiabilidade apresentados por José Marques de Mello e Nelson Traquina.

O objetivo desse trabalho é entender a forma com que o maior telejornal da televisão brasileira aborda uma situação única e de extrema importância para a sociedade. O problema está em entender o quanto o Jornal Nacional pode pautar e causar agendamento na vida dos espectadores. O Brasil viveu uma fase grande de transição, e entender como o jornalismo aborda esse período pode demonstrar como as instituições de comunicação decidem abordar certos recortes da realidade.

## A FORMAÇÃO DA TV NO BRASIL

Vera Paternostro e Nelson Traquina são as principais referências jornalísticas utilizadas para amparar as conceituações deste trabalho. Além disso, manuais como “Jornal Nacional: Modo de Fazer” foram utilizados para entender a produção de conteúdo pelo veículo analisado. Para entender a importância da informação em um telejornal de grande porte, referências teóricas sobre o valor-notícia e a noticiabilidade, como o “Manual do Foca”, também serviram de base analítica.

Nossa análise começa com um pouco de história.

O livro “Chatô, o Rei do Brasil” narra que na década de 50, quando a primeira emissora de TV brasileira foi inaugurada sob o impulso do visionário Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, os programas de televisão eram todos produzidos e exibidos ao vivo, exatamente como eram feitos os programas de rádio. Aliás, muitos profissionais deste veículo migraram para a recém-inaugurada televisão. Para alguns não se tratava de uma nova opção, como aconteceu com os funcionários da Rádio Tupi, pertencente ao grupo de Chateaubriand. Quando eram renovados os contratos dos funcionários, uma nova cláusula os obrigava “a prestar serviços, em sua especialidade, em rádio e televisão” (MORAES, 1994, p. 497). Sem treinamento especializado, os radialistas tiveram de aprender praticamente sozinhos a trabalhar com a imagem. Alguns poucos técnicos de Chateaubriand foram enviados aos Estados Unidos para receber treinamento com relação à operação dos equipamentos. Como a maioria das pessoas que trabalhava com cinema na época não acreditava na televisão, poucos migraram para o novo veículo de comunicação. Os telejornais eram bastante parecidos com os radiojornais. O apresentador lia as notícias no ar, enquanto algumas imagens eram exibidas. As radionovelas viraram telenovelas, o radioteatro virou teleteatro e assim por diante.

“Imagens do Dia” foi o primeiro telejornal da TV brasileira, lançado pela Tupi de São Paulo, em 1950, porém o primeiro telejornal de grande audiência foi o “Repórter Esso”, criado em 1953 também pela Tupi. O modelo que inspirou o telejornal seguia o programa de mesmo nome criado em 1941 pela Rádio Tupi. O Repórter Esso no rádio era inspirado no modelo estadunidense, em que um locutor lia notícias procedentes da United Press International (UPI). O mesmo modelo foi seguido pelo jornal televisivo. O Repórter Esso ficou no ar por 18 anos e só perdeu seu posto de líder de audiência em 1969.

Na década de 60, várias outras emissoras foram criadas no Brasil, das quais duas merecem ser destacadas: em 1965, as Organizações Globo, no Rio de Janeiro, e em 1967, a TV Bandeirantes, em São Paulo. Essa década foi marcada pelo início do profissionalismo na televisão, a partir da utilização do videotape, um equipamento que permitia a gravação e a edição dos programas. A TV deixou de realizar somente transmissões ao vivo para iniciar a era dos VTs. A primeira transmissão com o uso do videotape foi da inauguração de Brasília, realizada pela TV Tupi de São Paulo.

Em 1969, surgiu um marco na história da TV brasileira: a TV Globo lançou o Jornal Nacional como o primeiro programa em rede nacional. O JN era produzido no Rio de Janeiro e retransmitido para as emissoras afiliadas ao vivo, por meio da então estatal de telecomunicações Embratel. Em pouco tempo, o Jornal Nacional conquistou o público e tornou-se líder de audiência, posição que ainda mantém.

As primeiras edições do JN tinham apenas 15 minutos e eram transmitidas de segunda-feira a sábado. O telejornal era dividido em três blocos: local, nacional e internacional. O formato da escalada era praticamente igual aquele mantido até hoje. “As manchetes – em geral, curtas e fortes – eram lidas alternadamente por dois apresentadores de maneira rápida e ágil” (JORNAL NACIONAL, 2004, p. 33).

Nas reportagens, as primeiras câmeras utilizadas gravavam em película. Eram câmeras de cinema que registravam, no máximo, dez minutos de imagens. Os equipamentos que não armazenavam o som ambiente eram conhecidos como as câmeras “mudinhas”. A principal diferença entre o Jornal Nacional e o Repórter Esso era a inclusão das falas dos entrevistados no primeiro, enquanto o segundo utilizava-se da figura do apresentador lendo as notícias. Armando Nogueira explica: “No nosso telejornal, além de imagens cobertas com áudio do locutor, inserimos depoimentos, com voz direta, da pessoa falando” (Id. lb., p. 34).

A preocupação com o texto do JN surgiu em 1975, quando Nogueira começou a orientar os repórteres a pensar na relação texto/imagem. “Apesar de, nos primeiros anos, ter buscado enfatizar a importância da imagem para a informação, [Nogueira] logo resolveu fazer uma campanha para a valorização da palavra” (Id. lb., p. 62). Juntamente com Alice Maria, resolveu lançar o que seria o primeiro manual de redação da Rede Globo. “O texto ali era considerado um elemento fundamental para a compreensão dos fatos, desempenhando papel que não era secundário” (Ibidem). Essa forma de tratar a televisão pode denotar o fato de que o Jornal Nacional desde cedo pensava o texto do repórter/apresentador como hierarquicamente mais importante do que a imagem.

Como a televisão era um veículo novo, esses manuais denotavam a preocupação ou a intenção de criar um padrão a ser seguido por todos: o Padrão Globo de Qualidade. Eugênio Bucci explica os três pilares deste padrão: [...] a manutenção de uma superioridade técnica em relação à concorrência, a manutenção da superioridade econômica na mesma escala e, por fim, uma certa atribuição tácita de inventariar e consolidar os aspectos constitutivos da nacionalidade nas esferas íntima, privada e pública (2004, p. 229).

Para Borelli e Priolli, o padrão de qualidade, criado a partir da década de 60, é definido pela imposição de questões que podem ser historicamente analisadas. “Trata-se de uma articulação entre padrão de produção, tecnologia e uma proposta específica, capaz de criar uma personalidade na programação aceita, em um determinado momento, como a melhor entre produtores e receptores” (2000, p. 79). O livro “Jornal Nacional: a Notícia Faz História” traz detalhes de coberturas e transformações sofridas pelo JN, e também explicações sobre três momentos importantes da história política nacional que serviram para discutir este projeto de iniciação científica: o Golpe de 1964, a Campanha pelas Diretas Já e o debate entre Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva na eleição presidencial de 1989. Em todos os casos o JN foi acusado de tomar partido, apoiando os militares no primeiro, contrário às eleições diretas no segundo e privilegiando o candidato Fernando Collor na edição do terceiro. O JN acabou admitindo de alguma forma tais posições e até se desculpando em editoriais.

## DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A origem dos dados aqui apresentados foi através do portal GloboPlay, na página do Jornal Nacional. O conteúdo disponibilizado é o mesmo produto apresentado ao vivo durante a exibição do jornal. A única diferente é que no GloboPlay se separa conteúdos por reportagens. Ou seja, não há (para não assinantes) uma versão do Jornal Nacional na íntegra. Sendo necessário assistir de forma seriada e não uniforme. Todas as matérias estão disponíveis no portal G1: <http://g1.globo.com/jornal-nacional>.

JN de 11 de abril de 2016 - Aprovação do parecer na Comissão Especial

Reportagem 1: Comissão aprova relatório a favor do impeachment da presidente Dilma

A edição do Jornal Nacional do dia 11 de abril de 2016 começa destacando os últimos passos da abertura do processo de impeachment na Câmara dos Deputados. A primeira matéria informa sobre a aprovação do relatório na comissão especial. William Bonner chama ao vivo o repórter Júlio Mosquera, em Brasília, que relata o início da votação na comissão presidida pelo deputado Rogério Rosso (PSD-DF). Mosquera informa que o resultado será anunciado ainda dentro do Jornal Nacional. Em seguida entra uma edição dos melhores momentos da comissão especial no dia.

Durante a reportagem de 16 minutos, três são críticas do relator, deputado Jovair Arantes (PTB-GO) ao governo Dilma Rousseff, citando os motivos que o levaram a dar continuidade ao processo em seu relatório. José Eduardo Cardoso, então chefe da Advocacia Geral da União, teve 25 segundos para apresentar a defesa de Dilma na edição. Sua fala é cortada, e o repórter Júlio Mosquera volta ao vivo para informar que o resultado da votação na comissão especial do impeachment já havia sido divulgado. Sem perceber que está ao vivo, ele conversa sozinho “38 sim, 27 não, ok”. Logo em seguida, explica ao âncora do Jornal Nacional que estava distraído porque tinha acabado de receber o resultado da votação. Mosquera informa que o relatório seguirá para a mesa diretora da Câmara e narra o passo-a-passo até o dia da votação em plenário (17/04).

Bonner explica que o próximo VT será sobre o encaminhamento dos líderes partidários durante a tarde. A repórter Cláudia Bomtempo narra os acontecimentos pré-votação na comissão, citando a liberação da bancada pelo líder do PMDB, Leonardo Picciani (PMDB-RJ). Em seguida, o líder do PT, Afonso Florence (PT-BA), defende a tese de golpe, mas sua fala é editada: “você [deputados a favor do impeachment] não vão ter sossego se fizerem isso [aceitar a abertura do processo]”. Em seguida, uma voz não identificada é ouvida “É ameaça? É ameaça?”, e vaias são ouvidas.

Logo em seguida, são apresentados trechos das falas dos líderes do PSDB, PSB e DEM que encaminharam o voto pelo prosseguimento do processo e do PP, que liberou a bancada. O VT é encerrado, e William Bonner chama a reportagem com a defesa da presidente Dilma, que havia sido cortado no início da edição. José Eduardo Cardoso tem pouco mais de dois minutos e é cortado para que o repórter

Júlio Mosquéra, em off, explique que houve um bate-boca dentro da sessão. Cardoso volta a ter destaque por mais trinta segundos até que a reportagem é novamente cortada e a âncora Renata Vasconcellos, do estúdio, repete que a comissão aprovou a recomendação de abertura de processo de impeachment da presidente Dilma.

Em seguida, Vasconcellos explica que o PSB, com 31 deputados, decidiu votar a favor da abertura do processo, o PTN, com 13 deputados, liberou a bancada e o PR, com 40 deputados, orientou contra a abertura do processo de impeachment, mas ressaltou que o deputado Maurício Quintella (PR-AL) não irá respeitar a decisão da executiva nacional do PR.

Vasconcellos volta a chamar Júlio Mosquéra ao vivo do Salão Verde em Brasília. É possível ouvir muitos gritos. Mosquéra explica que o barulho é decorrente da comemoração da oposição por causa do prosseguimento do parecer favorável à abertura de impeachment. Mosquéra chama imagens do exato momento em que o painel revela a aprovação do parecer do relator e resalta que “os deputados de oposição comemoraram muito”. Por fim, Mosquéra explica novamente o passo-a-passo.

Reportagem 2: Por descuido, Temer envia a grupo discurso sobre impeachment

A segunda reportagem, que já intitula a ação do vice-presidente como “descuido” e “gafe”, trata do vazamento de um áudio no qual Michel Temer apresenta para alguns deputados um pedaço do discurso que faria caso a abertura do processo de impeachment fosse aprovada na Câmara. Diversos trechos do áudio são exibidos. O então vice-presidente trata o processo como aprovado e também explica quais são os passos para sair da crise, “agora que o processo já foi aprovado na câmara”, e ele é consequentemente o substituto constitucional. Temer refuta a tese do fim dos programas sociais, mas irá “revalorizá-los e ampliá-los”. Em seguida, Temer explica o motivo de estar discursando antes do afastamento da presidente: “Não quero avançar o sinal. Até imaginaria que eu poderia falar depois da decisão do Senado, mas evidentemente sabem todos os que me ouvem que, quando houver a decisão definitiva, a decisão do Senado, eu preciso estar preparado para enfrentar os graves problemas que hoje afligem o nosso país”.

A repórter Giovana Teles, em passagem, explica que a assessoria do vice-presidente “correu” para explicar que Temer gravou o áudio em voz alta e sem querer enviou o arquivo para um grupo de deputados do PMDB. A senadora Gleisi Hoffman (PT-PR) aparece no VT dizendo que o áudio “expõe o caráter conspiratório” de Temer, já o senador Romero Jucá (PMDB-RR) defende que o áudio é uma demonstração de “equilíbrio e preparo político”.

Em seguida, o próprio vice-presidente Michel Temer é colocado pela edição para explicar o motivo de ter gravado o áudio. Temer sinaliza que conversava com vários “companheiros” e afirma ter sido questionado sobre se já estava preparado para uma “eventualidade daquilo que viesse a acontecer no próximo domingo” e que certamente haveria a necessidade de uma manifestação de Temer. O vice-presidente então diz que fez a gravação e que depois acabou se equivocando na hora de selecionar o destinatário. Temer conclui: “Eu reitero que aquilo que disse seria exatamente o que eu fiz no passado, continuarei a fazer dependendo do que

acontecer no dia 17”. Não é dado direito de resposta à presidente Dilma Rousseff, a única fala que mostra o outro lado é a da senadora Gleisi Hoffmann durante a reportagem.

Reportagem 3: Impeachment: segurança é reforçada dentro e fora do Congresso

Renata Vasconcellos diz que o DF anunciou como funcionará a segurança nos próximos dias em frente ao Congresso Nacional. A repórter Delis Ortiz explica como tudo ocorrerá e afirma que o resultado da votação na Câmara deve sair até o final de semana. Em off, apresenta o local onde os manifestantes pró e contra o impeachment ficarão e ao exibir imagens do muro erguido para separar os militantes, exclama: “É o cenário de uma grande arena” e afirma, sem dizer a fonte, que o muro já está sendo chamado de “muro do impeachment”.

Reportagem 4: Manifestantes contra o impeachment se reúnem no centro do Rio

Por meio de uma nota coberta, Bonner diz que “Artistas, intelectuais, sindicalistas e representantes de movimentos sociais lançaram um manifesto pela democracia” e diz que os organizadores não divulgaram a quantidade de participantes. A nota tem 50 segundos.

Reportagem 5: Real se valoriza em relação ao dólar em quase 3%

Bonner começa a nota sobre a valorização do Real com a seguinte frase: “Influenciado pelo quadro político, o real se valorizou”, deixando muito claro que a expectativa de aprovação do parecer que viabiliza a abertura do processo de impeachment da presidente Dilma foi visto como algo positivo pelo mercado financeiro. A nota dura 14 segundos. Outras 12 reportagens são apresentadas na mesma edição, porém nenhuma possui qualquer relação com o processo de impeachment.

JN de 12 de abril de 2016 - 28º Fase da Lava Jato

A edição do dia 12 de abril começa relatando a prisão do ex-senador Gim Argelo, autorizada pelo juiz federal Sérgio Moro em decorrência de crimes ocorridos em comissões que investigam corrupção na Petrobras. As reportagens não citam o processo de impeachment, mas os casos de corrupção, além das delações citadas, focam em um período entre 2011 e 2015, primeiro e início do segundo mandato de Dilma Rousseff como presidente. Em seguida, é apresentada uma nota sobre o indeferimento da posse do ministro Eugênio Aragão que ocupava a pasta da Justiça, mas que, por ser membro do Ministério Público, não pode continuar no cargo. Renata Vasconcellos afirma que: “Em menos de dois meses, é o segundo ministro da Justiça impedido de assumir o cargo pelo mesmo motivo”. Demonstrando o desgaste político que o Governo Dilma Rousseff vem enfrentando, a nota conclui dizendo que a Advocacia Geral da União iria recorrer. Não há qualquer citação ao processo de impeachment.

### Reportagem 1: FMI reduz expectativa de crescimento da economia brasileira

A primeira reportagem a citar a situação política brasileira é sobre o agravamento da recessão nacional. O repórter Luís Fernando Silva Pinto explica que a expectativa é de uma queda ainda maior na economia em 2016 e um crescimento igual a 0 em 2017. O repórter ainda afirma que uma economista do FMI garantiu que “quando a situação política se acalmar, vai haver espaço para a implementação de reformas capazes de estimular o crescimento”.

### Reportagem 2: Sem citar nomes, Dilma acusa Temer e Cunha de traição e conspiração

A segunda reportagem que cita o impeachment é chamada por Bonner que diz:

Um dia depois da derrota na comissão especial do impeachment, a presidente Dilma Rousseff fez um discurso em tom agressivo. Sem citar nomes, ela disse que o relatório do deputado Jovair Arantes é uma fraude histórica e acusou o vice-presidente Michel Temer e o deputado Eduardo Cunha de traição e conspiração. (Trecho do JN)

Júlio Mosquera começa a reportagem com a comemoração da oposição e mostra como os deputados pró-impeachment estão planejando conseguir os 342 votos necessários para aprovar a abertura de impeachment no plenário da Câmara. O então deputado Mendonça Filho (DEM-PE), de forma bem confiante, afirma que “tudo leva a crer que no plenário nós ampliaremos ainda mais a margem e atingiremos com folga os 342 votos necessários à aprovação do impeachment”. O líder do PT, Afonso Florence (PT-BA) é apresentado como alguém que preferiu dar menos importância à derrota na comissão especial. Logo em seguida o líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), foi apresentado como alguém que “também” está confiante, mas ao mesmo tempo ele cita os motivos por que considera o impeachment um golpe parlamentar. Em seguida, Mosquera diz que o PMBD abandonou “oficialmente” o governo, mas o PR se mantém firme contra o impeachment. Os partidos PRB e PP decidiram fechar questão a favor do impeachment. A reportagem segue mostrando a debandada parlamentar contrária à presidente Dilma Rousseff. Em seguida, o repórter afirma que a presidente “fez duras críticas hoje. Ela disse que o vice-presidente Michel Temer e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, são chefes assumidos da conspiração contra ela. Dilma só não citou os nomes dos dois”.

Uma sonora de 2 minutos na qual a presidente Dilma aparece irritada e citando os “chefes” do golpe é colocada na edição. O senador Romero Jucá (PMBD-RR) é o próximo a ser ouvido para rebater as acusações de Dilma. Há um corte, e então ele fala: “O governo está pagando pelos erros que cometeu. Não é o presidente Michel Temer, não é nenhum membro do Congresso que está fazendo alguma ação deliberada. Eu diria que é um tipo de apelação e perda de equilíbrio”, dando a entender que a presidente Dilma Rousseff está (ou é) desequilibrada.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMBD-RJ) garantiu a legalidade do processo. O discurso de Dilma é novamente apresentado, ela continua nervosa e cita: “Pretendem derrubar sem provas e sem justificativa jurídica uma presidenta eleita por mais de 54 milhões de votos”. Em seguida, o relator do relatório Jovair



Arantes (PTB-GO) é colocado na edição para rebater novamente a presidente. Ao chamar a sonora de Arantes, o repórter cita que para o relator a presidente já demonstra desespero, fala repetida pelo próprio relator em seguida na sonora.

Com mais de 9 minutos de duração, a reportagem demonstra o enfraquecimento político de Dilma e a trata como alguém que já está enlouquecendo e que perdeu o controle da situação. Suas falas sempre são rebatidas com deboche e superioridade por parte de seus opositores.

Reportagem 3: Cunha anuncia que a votação do impeachment será no domingo (17)

Renata Vasconcellos chama a reportagem de Zileide Silva dizendo que já há um cronograma para a votação da abertura do processo do impeachment e que os trabalhos devem começar na próxima sexta (15/04). Zileide explica que o texto da comissão já foi lido e que agora é necessário esperar 48 horas após o protocolo para então cumprir o rito do processo. Segundo Silva, os líderes dos partidos já decidiram o cronograma e ela então apresenta através de um videoarte como tudo funcionará no final de semana que antecede a votação na Câmara dos Deputados.

JN de 13 de abril de 2016 - Definida a ordem de votação dos deputados na sessão do impeachment

Reportagem 1: Decisão do presidente do TRF mantém posse de Eugênio Aragão

Apenas a 9ª reportagem desta edição pode ser relacionada ao governo federal. Bonner lê uma nota sobre a volta de Eugênio Aragão para o Ministério da Justiça chamando o acontecimento de “guerra de liminares” e coloca a citação do desembargador Cândido Ribeiro, que disse que “a suspensão [da posse do ministro] poderia agravar a crise de governabilidade e ter impacto no cenário político e econômico do país”. Bonner, mais uma vez, demonstra que há fragilidade do governo, que não há mais controle sobre o país por parte das autoridades, principalmente pelo confronto sobre um mesmo tema. Por fim, Bonner conclui dizendo que o STF decidirá sobre o caso de Aragão e que, por enquanto, ele se mantém no cargo.

Reportagem 2: Ordem de chamada para a votação do impeachment será por região

Renata Vasconcellos começa explicando que Dilma propôs um pacto caso vença o processo de impeachment, mas também cita que Dilma se vê como “carta fora do baralho” caso perca a primeira votação no Senado. O repórter Júlio Mosquera começa a reportagem citando a derrota do governo em relação ao formato da votação na Câmara. Júlio detalhou o rito determinado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). A reportagem cita as diferenças do processo de impeachment de Collor e de Dilma. Segundo Mosquera, alguns especialistas afirmaram que o início da votação por parte dos deputados do sul poderia criar uma “onda pela aprovação” no plenário da casa. O deputado Henrique Fontana (PT-RS) crítica a decisão de Eduardo Cunha, que logo em seguida é colocado na edição, para rebater a crítica e explicar os motivos que o fizeram optar por começar a votação pelos deputados do sul.

Dilma é citada pela primeira vez, desde o início da semana, como alguém com confiança e que acredita que vencerá o processo de impeachment. Um trecho de um áudio no qual ela cita um pacto nacional após a votação e que ela realmente acredita que barrará o impeachment é colocado na edição. O dia de Temer, com reuniões no Palácio do Jaburu, é citado pelo repórter que deu a entender que o então vice-presidente trabalha para conseguir mais votos favoráveis ao impeachment. Uma outra entrevista de Dilma é citada na qual ela reforça a vontade de vencer o processo de impeachment e também que fará um pacto nacional para derrubar a crise política e econômica do país. A reportagem conclui dizendo que o PSD e o PTB, decidiram votar a favor da abertura do processo de impeachment. Já o PDT decidiu se manter ao lado do governo petista e tentar barrar o processo de cassação. O repórter conclui a reportagem dizendo novamente que o PP fechou questão a favor do impeachment. Essa é a reportagem que trata com maior isenção a situação política brasileira, mas mesmo assim, ainda tem um tom de “jogo vencido” ao citar a quantidade de partidos que estão saindo do governo e também ao demonstrar o jogo político do vice-presidente Michel Temer.

Reportagem 3: Temer pede ao TSE que analise se ele pode ser punido por atos de Dilma

Renata Vasconcellos lê uma nota pelada dizendo que Temer pediu ao STF que analise se é possível separar as responsabilidades dos atos na chapa Dilma-Temer. Os advogados de Temer tentam separar as acusações e processos sofridos pela chapa, alegando que só há acusações contra o PT. A nota tem 30 segundos, mas tem caráter separatório e busca mostrar que a imagem, então desgastada de Dilma, não é a mesma imagem de Temer. Depois disso, o JN ainda apresenta mais três reportagens, porém nenhuma delas cita ou está ligada ao processo de impeachment.

JN de 14 de abril de 2016 - O dia antes do início das discussões na Câmara

Reportagem 1: STF analisa ações do governo e de aliados de Dilma sobre impeachment

O jornal já começa citando que estamos na véspera do início da discussão acerca do impeachment na Câmara. Renata chama uma reportagem sobre as decisões do STF em relação ao rito do processo. Aliados da presidente e a Advocacia Geral da União tentam mudar o procedimento da votação e ao mesmo tempo buscam cancelar de forma jurídica o processo em andamento. José Eduardo Cardoso, em uma sonora de um minuto, afirma que há fatos estranhos no processo de impeachment. Em seguida há a opinião do contraditório também em um minuto, o relator Jovair Arantes afirma que o relatório que pede a cassação de Dilma é “consistente”. A reportagem segue apontando os recursos que foram levados ao plenário do STF. Em seguida, a ordem dos estados votantes escolhidos por Eduardo Cunha é apresentada. A reportagem mostra os conflitos entre situação e oposição sobre o formato da votação que o processo terá. Após 2 minutos de pontos diferentes, o tema volta para o STF, mostrando que a decisão pode sair por lá.

Em seguida, Bonner, apresenta as petições levadas à suprema corte sobre o rito do processo, com falas de um minuto para cada lado. Não há repórter, apenas a leitura por parte dos âncoras que explicam quem está falando e qual a tese do orador. Por fim, a fala do Procurador Geral da República é apresentada. Para tratar dos votos dos ministros, Renata Vasconcellos chama ao vivo o repórter Marcos Lozekann que traz a situação atualizada da sessão no STF. Lozekann afirma que o STF vai referendar o rito de Eduardo Cunha que prevê uma votação por bancadas de estados da federação. Renata completa dizendo que o repórter poderá voltar a qualquer momento.

Alguns deputados contrários e a favor do afastamento são colocados em pequenas entrevistas. Pontos de vistas diferentes são amplamente divulgados em menos de dois minutos. Mosquera sinaliza um racha na discussão sobre o afastamento da presidente em partidos estratégicos. A reportagem demonstra que o impeachment não pode ser causado por uma disputa política interna. Por fim, o repórter mostra a rotina de Michel Temer às vésperas da votação na Câmara dos Deputados. Temer aparenta já estar vivendo dias de expectativa e de agenda cheia. Tudo leva a crer que Dilma será afastada.

Reportagem 2: Batalha por votos sobre impeachment é acirrada entre deputados

Bonner chama uma reportagem que mostra como os partidos estão praticamente fechados a favor do impeachment, entre eles o PSDB e PMDB, dois dos maiores partidos do Congresso Nacional. O repórter Júlio Mosquera afirma que a sessão começará na manhã seguinte (sexta-feira, 21), mas que a votação só ocorrerá na tarde de domingo (23). A defesa de Dilma afirma que está com tudo sob controle e que há uma campanha de “já ganhou sem voto” segundo o líder do PT, Afonse Florence. A oposição novamente contradiz o governo e diz que já há muito mais votos do que o necessário para aprovar o afastamento da presidente. Depois disso, o JN ainda apresenta mais onze reportagens, porém nenhuma delas cita ou está ligada ao processo de impeachment.

JN de 15 de abril de 2016 - Começam as discussões na Câmara dos Deputados

Reportagem 1: STF rejeita pedidos para alterar ou sustar votação de domingo

Bonner começa anunciando que já são mais de dez horas de discussão na Câmara dos Deputados e chama a repórter Zileide Silva para explicar como a primeira etapa da votação está acontecendo. Zileide explica brevemente que os 25 partidos da casa terão a oportunidade de opinar sobre o impeachment e a condição para que isso ocorra é que as falas sejam realizadas da maior para a menor bancada. Ou seja, começaria no PMDB até o partido com a menor quantidade de deputados eleitos. Zileide anuncia em sua própria fala que voltará ainda na mesma edição para contextualizar melhor esse primeiro dia de trabalhos no Congresso Federal sobre o processo de Impeachment da presidente Dilma.

Renata Vasconcellos logo em seguida chama uma reportagem sobre as derrotas do Governo nas ações que pediam a anulação do processo de impeachment no STF. A reportagem explica as mesmas ações que foram expostas na edição do dia anterior, porém agora com o desfecho de que o tribunal não

acatou as teses da defesa de Dilma. Uma fala do ministro Teori Zavascki – que foi o primeiro a concordar com o rito de Eduardo Cunha – é colocada como sonora, em seguida o ministro Gilmar Mendes também defende a sua tese de que o rito está tramitando de forma constitucional. O repórter afirma que não houve consenso entre os ministros e que toda essa discussão levou muito tempo para que chegasse a um veredito. Mas, segundo Júlio Mosquéra, Eduardo Cunha fez o ritual mais correto para a votação do impeachment de Dilma. Todos os pedidos de anulação foram negados, ou seja, tudo caminhava tranquilamente para a votação do dia seguinte.

Reportagem 2: Plenário da Câmara tem primeiro dia de discussões sobre impeachment

Bonner anuncia que com a referendação do processo por parte do STF, a Câmara dos Deputados deu início à discussão sobre o impeachment. Bonner destaca que em um dia que Brasília costuma estar “esvaziada” por ser sexta-feira, houve uma grande movimentação de parlamentares por causa da importância da votação que estava por vir. Júlio Mosquéra é o repórter que explica passo a passo o que aconteceu nesse primeiro dia de discussão, desde o discurso de Miguel Reale Jr., um dos responsáveis pelo protocolo do processo de impeachment, até a defesa da presidente, que foi realizada pelo Advogado Geral da União, José Eduardo Cardoso. A reportagem passa os próximos sete minutos acompanhando o posicionamento de cada um dos cinco parlamentares de cada partido que falaram contra ou a favor da presidente. Há um pingue-pongue de defesa e acusação até o final da reportagem, Mosquéra conclui dizendo que ainda há diversos parlamentares inscritos para falar na tribuna acusando ou defendendo as ações da presidente Dilma Rousseff. Renata Vasconcellos retoma a palavra do estúdio e chama na sequência a repórter Zileide Silva que novamente atualiza ao vivo as discussões no Congresso Nacional.

Reportagem 3: Secretaria de Comunicação cancela pronunciamento de Dilma

Uma nota pelada, lida por Renata Vasconcellos, anuncia que a presidente Dilma resolveu cancelar um pronunciamento que faria sobre o processo de impeachment. Segundo Renata, alguns partidos de oposição criticaram o possível pronunciamento e entraram com ações na Justiça Federal para que a fala fosse cancelada. A própria Secretaria de Governo anunciou que não haveria pronunciamento devido a estratégia traçada pela equipe da presidente Dilma. A nota possui menos de 45 segundos e conclui dizendo que o pronunciamento, segundo a assessoria da presidência, seria mais eficaz na internet.

Reportagem 4: Brasília tem segurança reforçada para votação do impeachment na Câmara

Renata Vasconcellos anuncia que a segurança foi reforçada para proteger o Congresso Nacional de eventuais protestos de manifestantes pró e contra o impeachment. A reportagem de pouco mais de dois minutos apresenta os pontos que estão bloqueados, quais os caminhos alternativos e os modais que poderiam auxiliar no transporte. Populares são ouvidos sobre o tema. Em seguida, é

mostrado onde ficará os manifestantes que pedem a permanência de Dilma Rousseff e onde ficaram os manifestantes que pedem a deposição da petista. O posicionamento da Polícia Federal é exposto, afirmando que será uma grande ação por nunca ter havido nada parecido antes. Ao final da reportagem, é citado que foi apreendido materiais perigosos, como facões, com militantes do MST.

Reportagem 5: Militantes protestam contra o impeachment no DF e em 15 estados

Utilizando a fala anterior sobre o MST, Bonner chama uma reportagem que mostra as manifestações a favor de Dilma Rousseff em todo o Brasil. Trecos de imagens em todo o Brasil de manifestações de movimentos sindicais são mostradas. Em cada um dos protestos são mencionados a quantidade de pessoas que participaram, segundo os organizadores e segundo a Polícia Federal. As vias fechadas e ações com, por exemplo, queima de pneus em estradas federais, ganham destaque na hora de mostrar os protestos que pedem a continuidade da gestão petista. Outras nove reportagens são apresentadas nessa mesma edição, porém nenhuma delas cita ou está ligada ao processo de impeachment.

JN de 16 de abril de 2016 - A última edição do JN na semana

Reportagem 1: Nas redes sociais, Dilma ataca defensores do impeachment

O jornal começa a última edição da semana apresentando o recuo sobre um pronunciamento de Dilma no dia anterior. A repórter Delis Ortiz comenta que o discurso que foi para as redes sociais, com duras crítica aos opositoristas repercutiu no cenário político. O discurso de Dilma é colocado em grande escala na reportagem, Segundo Delis, Dilma “atacou” o vice-presidente sem citar o nome dele. Temer tem uma sonora respondendo o discurso de Dilma, e citando que ao contrário do que disse a presidente, os programas sociais serão mantidos e até ampliados. Uma fala do senador Aécio Neves dizendo que a presidente Dilma mente também é colocado para contrapor a fala da presidente. O espaço das críticas são igual ao tempo em que o discurso da Dilma foi colocado para a defesa da então presidente. Por fim o líder do governo também defende Dilma. A reportagem termina mostrando os passos de Temer e Lula nessa véspera de votação na Câmara.

Reportagem 2: Governo e oposição intensificam a disputa por votos

Segundo o final da reportagem anterior que cita as negociações no Palácio do Jaburu e no Palácio do Planalto, a próxima reportagem mostra as intensificações das conversas de Temer, Lula e Dilma com parlamentares. Parlamentares são ouvidos e a troca de suplentes por titulares para a votação do impeachment ocupa grande tempo da reportagem. Favoráveis a Dilma e favoráveis a Temer voltam para a Câmara para defender a posição que seu partido ou coligação apoia. Segundo a reportagem, um dos “trunfos” que só o Governo tem, são as liberações de reais em emendas parlamentares, a reportagem aponta que a presidente liberou diversos milhões para emendas durante o ano de 2016, mas o Planalto nega que haja qualquer ligação com o processos de impeachment. Ao final, é citado que houveram “diversas nomeações” no Diário Oficial da União e que a oposição

entrou com uma queixa-crime contra essas eventuais nomeações que seriam para conseguir votos de parlamentares favoráveis a Dilma.

#### Reportagem 3: Câmara tem discursos sobre impeachment pelo 2º dia seguido

O segundo dia de discussão do processo de abertura de impeachment é o foco da próxima reportagem, a repórter Zileide Silva entra ao vivo para comentar tudo que aconteceu desde a madrugada anterior, Zileide anuncia que tudo caminha para o fim e que a votação é esperada para o dia posterior no início da tarde. Bonner chama uma reportagem de Júlio Mosquera, que narra os acontecimentos da madrugada anterior e as alternâncias de falas na tribuna da Câmara dos Deputados. Mosquera apresenta bastidores das discussões e como tudo aconteceu, segundo o repórter, os discursos eram parecidos e não havia novidade para nenhum lado; Para a situação havia um crime e um golpe parlamentar, para a oposição a presidente cometeu crime de responsabilidade. Mosquera apresenta imagens de um embate entre parlamentares que pediam a saída de Cunha e de parlamentares que gritavam “Fora, PT”. As discussões e negociações de ambos os lados são mostradas pelos líderes da oposição e do Governo. Ambos dizem que há votos suficientes para alcançar seus objetivos, seja barrando o processo ou garantindo o prosseguimento do pedido de impeachment. Zileide Silva volta ao vivo e anuncia que 74 parlamentares decidiram abdicar de suas falas para que o processo ocorra mais rapidamente. Segundo previsões, as discussões acabarão na manhã de domingo, e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, chamará uma nova sessão para às 14h, para que a votação enfim ocorra. Vasconcellos retoma a palavra e afirma que a Globo cobrirá “esse dia histórico” desde o começo da manhã, a votação ao vivo na Câmara dos Deputados, até a cobertura completa que o Fantástico exibirá no começo da noite.

#### Reportagem 4: Manifestantes entram em conflito em frente a hotel de Lula

Uma nota coberta, lida por Renata Vasconcellos, narra os protestos a favor e contra Dilma pelo Brasil. Uma ação que resultou em confronto em frente ao hotel do ex-presidente Lula ganha destaque. Ao final da nota, Vasconcellos lê uma nota da assessoria do ex-presidente, dizendo que nenhum dos manifestantes envolvidos no conflito fazem parte da equipe de Lula.

#### Reportagem 5: Manifestações acontecem na noite deste sábado (16) pelo país

Seguindo a nota que noticiou as manifestações ao longo do dia, Bonner lê uma nota coberta onde fala quais são as manifestações que ocorrem naquele momento no Brasil. Manifestações pró e contra o impeachment são mostradas. A nota tem menos de 50 segundos e não ocupa qualquer destaque no jornal, mesmo sendo o dia anterior à votação.

#### Reportagem 6: Impeachment transforma Brasília em uma cidade dividida

Uma reportagem sobre a situação de Brasília pré-votação é exibida. Com menos de dois minutos, o VT discute a divisão dos ânimos em Brasília, o foco está na cidade e não no processo. Os espaços, a arquitetura e o local onde cada grupo ficará ocupam grande parte do VT. A criação dos arquitetos e as manifestações que já marcaram a capital Federal são os focos das sonoras. O VT termina dizendo que

haverá segurança para todos os manifestantes e que a capital do país já foi planejada para receber esse tipo de evento.

Reportagem 7: Votação do impeachment começa às 14h de domingo na Câmara

A penúltima reportagem da edição apresenta como ocorrerá o processo do dia seguinte, segundo Bonner, “as atenções do país estarão voltadas para a sessão” que ocorrerá no domingo. A reportagem explica detalhadamente os passos da votação, como por exemplo, a ordem das votações, quem anotar os votos e como tudo ocorrerá. Tudo isso acontece enquanto um videoart vai completando a fala do repórter com dados e descrições mais aprofundadas daquilo que é falado em off. A reportagem conclui mostrando os eventuais cenários, sejam eles de aprovação do processo ou de arquivamento do pedido.

Reportagem 8: STF ainda recebe recursos na véspera da votação do impeachment

Antes de encerrar o jornal, Bonner lê uma nota pelada dizendo que faltando poucas horas para o início da votação na Câmara dos Deputados, o STF ainda recebe ação de deputados e entidades que criticam ou questionam o processo de impeachment. Segundo Bonner, dois desses pedidos foram negados pelo Supremo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Jornal Nacional ainda é o telejornal brasileiro de maior repercussão no país. Sua influência sobre a população e sua capacidade de agendamento das discussões são gigantescas. Desde o começo da cobertura, na semana de votação na Câmara dos Deputados, houve um cuidado com o contraditório e com a visibilidade dos diversos posicionamentos e vieses ideológicos. Mas nota-se uma clara tendência à hipótese de que o impeachment está consumado. A pressão política nos discursos inflamados e a forma com a qual opta por passar as informações, demonstram que não há mais volta para uma deposição por parte da presidente.

O Jornal Nacional por diversas vezes buscou a notícia mais apurada e mais instantânea, porém, as sequências de “derrotas” e o espaço dado para o contraditório que tinha por objetivo apenas desmentir as falas da defesa de presidente, demonstram que o jogo já estava jogado. Se assistido mais de uma vez e, já sabendo qual será o resultado, é possível notar que as situações apresentadas pelo telejornal já demonstram como será e o que é possível esperar de um eventual governo de Michel Temer. Dilma Rousseff é representada como alguém que perdeu totalmente o apoio popular, o discurso de seus aliados são de que “há uma esperança”, enquanto a oposição é inflado e por diversas vezes recebe um tempo maior de destaque em tela.

O Jornal Nacional, diferentemente do que ocorreu na campanha à presidência de 1988, acaba não demonstrando um claro objetivo de apoiar um dos lados, porém, a “maré” ou a situação apresentada demonstra que há uma clara vantagem dos pró destituição. Por mais que não tenha havido necessariamente a vontade de

manipular fatos ou dados, o JN acabou por favorecer um dos lados, principalmente quando as reportagens ou links ao vivo representam algo muito recente.

Portanto, com a capacidade de agendamento do Jornal Nacional, é possível afirmar que o apoio popular favorável ao processo de impeachment de Dilma Rousseff na semana do processo de abertura de impeachment, pode ter sido, em partes, inflamado pela impressão de que já não havia outra saída e de que o resultado já estava definido. O Jornal Nacional, na sua pressa de informar os últimos acontecimentos, acabou desfavorecendo e apresentando uma realidade unilateral dos fatos, cerceando o espaço de defesa e de apresentação de múltiplas versões de opiniões.

## **Dilma's ouster on JN: an analysis of Congress vote a week before the impeachment**

### **ABSTRACT**

During the impeachment process of the former president Dilma Rousseff, political movements were covered by a big variety of news shows. This article aims to investigate how Jornal Nacional – the journalistic programme with the largest audience in Brazil – kept a position towards this fact through its stories and in locus coverage during the weeks before the admissibility of the case at Câmara dos Deputados and the final vote at Federal Senate.

**KEYWORDS:** Jornal Nacional. Impartiality. Objectivity. Impeachment. Dilma Rousseff.



## REFERÊNCIAS

BARDIN, LAURENCE. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009

BARREIROS, Tomás. Jornalismo e Construção da Realidade: Análise de O mez da gripe como paródia crítica do Jornalismo. Curitiba, 2003.

BECKER, Beatriz. A Linguagem do Telejornal: Um Estudo da Cobertura dos 500 Anos do Descobrimento do Brasil; Edição 2. Rio de Janeiro, 2005

BORELLI, Sílvia H. S. e PRIOLLI, Gabriel (coord.). A Deusa Ferida: Por Que a Rede Globo Não é Mais a Campeã de Audiência. São Paulo: Summus, 2000.

BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita. (Orgs.). A TV aos 50. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

BUCCI, Eugênio. Brasil em Tempo de TV. São Paulo: Boitempo, 1997.

BUCCI, Eugênio. Sobre ética e imprensa. – São Paulo. Companhia das Letras, 2000.

JORNAL NACIONAL: A NOTÍCIA FAZ HISTÓRIA. Rio de Janeiro: Jorge Z Editor, 2004, páginas: 24-34.

JORNAL NACIONAL, Globo Play. Disponível em:  
<<https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/p/819/>>

MORAES, Fernando. Chatô: o Rei do Brasil, a Vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PATERNOSTRO, Vera I. O Texto na TV: Manual do Telejornalismo. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo Vol 2. Florianópolis: Insular, 2005.

**Recebido:** 12 nov. 2018.

**Aprovado:** 30 jul. 2019.

**DOI:** 10.3895/rde.v10n17.9047

**Como citar:**

VALÊNCIO, B. S.; NODARI, S. O impeachment no JN: uma análise da semana anterior à votação do impedimento pela Câmara dos Deputados. R. Dito Efeito, Curitiba, v. 10, n. 17, p. 1-18, jul./dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/de>>. Acesso em: XXX.

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

